



# **Análise de compliance na divulgação dos Ativos e dos Passivos Contingentes em uma amostra de empresas listadas na B3**

**Alessandro Maurício Januário Ribeiro**

**alessandro.ribeiro05@gmail.com**

**UVA**

**Robson Ramos Oliveira**

**oliveira.robs@terra.com.br**

**UVA**

**Maria Regina Menezes Alves**

**maria.alves@uva.br**

**UVA**

**Resumo:** O estudo analisa o compliance e o nível de transparência na divulgação dos Ativos Contingentes e dos Passivos Contingentes nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras das dez maiores empresas brasileiras listadas na B3 em valor de mercado, excluindo-se as do segmento financeiro, no trimestre encerrado em 31/03/2020. A análise foi realizada por meio do cotejamento dos parâmetros estabelecidos na literatura contábil, em especial no CPC25, e o conteúdo nas notas explicativas dos Ativos Contingentes e dos Passivos Contingentes dessas empresas. A metodologia considerou as pesquisas descritiva, bibliográfica e documental. A partir da pesquisa realizada nas notas explicativas, o resultado da investigação revelou que majoritariamente a divulgação dos Ativos Contingentes e dos Passivos Contingentes das empresas pesquisadas está aderente às normas contábeis vigentes no Brasil, obedecendo-se aos princípios do full disclosure, transparência e completude das informações disponibilizadas aos stakeholders da entidade.

**Palavras Chave:** Ativos Contingentes - Passivos Contingente - Notas Explicativas - Compliance - Transparência

## 1. INTRODUÇÃO

A divulgação das informações relativas às mutações patrimoniais nas demonstrações financeiras deve refletir os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC), visando subsidiar os *stakeholders* das empresas, sejam eles internos ou externos, com informações úteis para a tomada de decisão em relação a essas entidades. Não obstante, as divulgações não devem se restringir ao que determina os preceitos contábeis, pois informações adicionais devem ser divulgadas objetivando a transparência das demonstrações contábeis das entidades (PADOVEZE, 2018).

Os usuários externos, por não terem acesso contínuo às informações das organizações, dependem dos relatórios da Administração e das Demonstrações Financeiras e Contábeis para entenderem a posição econômica e financeira das empresas. Por conseguinte, a divulgação em notas explicativas dos Ativos e dos Passivos Contingentes das empresas nos parâmetros estabelecidos pela norma contábil CPC 25, baseada nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), permite aos usuários externos, em especial acionistas e investidores, embasarem melhor a tomada de decisão em relação aos investimentos nessas entidades.

Nesse sentido, a divulgação dos Ativos e dos Passivos Contingentes deve ser realizada de forma segregada, transparente, com breve relato de cada situação, com a quantificação dos valores envolvidos, quando possível, em conformidade com os parâmetros das normas contábeis.

A diligência na obediência a esses parâmetros, estabelecida pela norma contábil CPC 25 e na literatura publicada no meio acadêmico (PADOVEZE, 2011 e LEMES & CARVALHO, 2010), é necessária para que os usuários da informação contábil, principalmente os externos, tenham conhecimento sobre os Ativos e os Passivos Contingentes que afetam ou podem afetar o resultado da entidade, quer seja aumentando ou diminuindo o seu patrimônio líquido.

Nesse contexto, o estudo pretende responder a seguinte questão norteadora: A divulgação dos Ativos e dos Passivos Contingentes, em notas explicativas das dez maiores empresas do Brasil listadas na B3, está em conformidade com os parâmetros estabelecidos na norma contábil CPC 25 e na literatura contábil?

Logo, assume-se como objetivo principal o de analisar o *compliance* na divulgação dos Ativos e dos Passivos Contingentes por meio de notas explicativas, partes integrantes de Demonstrações Financeiras das dez maiores empresas brasileiras listadas na B3 em valor de mercado no mês de março/2020, excluindo-se as do segmento financeiro, tomando por base suas demonstrações contábeis em 31/03/2020, de acordo com os parâmetros estabelecidos na norma contábil CPC 25, utilizando-se das metodologias de pesquisa descritiva e documental.

Os objetivos intermediários que norteiam a pesquisa são:

- a) Verificar se as empresas divulgam de forma segregada os seus Ativos e Passivos Contingentes nas notas explicativas;
- b) Constatar se os Ativos e os Passivos Contingentes possuem informações quantitativas e qualitativas que permitem ao usuário externo o entendimento completo e claro do conteúdo;
- c) Verificar se há Ativos Contingentes divulgados nas notas explicativas que apresentam características de expectativa de ganho (êxito) praticamente certo que ensejariam registros como Ativos; e

d) Averiguar se há Passivos Contingentes com expectativa de perda possível que apresentem características de expectativa de perda provável que ensejariam registros como provisão de perda, com conseqüente repercussão no resultado.

A importância do estudo, com o recorte aqui realizado, ganha força por tratar de tema emergente, a ser cada vez mais debatido, após o advento da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, por meio da qual foram introduzidos novos procedimentos e práticas, aproximando a contabilidade brasileira aos padrões internacionais, especialmente em termos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos que constituem o patrimônio de qualquer organização.

O trabalho está organizado em cinco seções. Após a Introdução, que apresenta a questão e os objetivos da pesquisa, são abordados o embasamento teórico, a metodologia utilizada, os resultados alcançados de acordo com a metodologia desenhada e as considerações finais com sugestões para futuros estudos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A seção destinada a apresentar os conceitos acerca do tema em questão, que foram recuperados da literatura, está dividida em três subseções. A primeira aborda os principais conceitos do termo *compliance* e sua importância para a continuidade das empresas.

Na segunda são evidenciadas as definições de Ativos e de Passivos Contingentes, sua classificação de expectativa de ganho (êxito) ou de perda e respectivos impactos no resultado de uma entidade. Adicionalmente, são apresentados os parâmetros definidos na norma contábil e na literatura para divulgação dos Ativos e dos Passivos Contingentes em notas explicativas e a importância de as empresas atenderem a esses requisitos em suas divulgações.

Na última são apresentados alguns estudos já realizados sobre Ativos e Passivos Contingentes, que foram recuperados a partir de buscas realizadas no Google Acadêmico.

### 2.1. COMPLIANCE NAS EMPRESAS

O termo *compliance* advém do verbo em inglês *to comply*, que significa atender, satisfazer, cumprir. Por isso, *compliance* é mais amplo que simplesmente “conformidade, cumprimento, atendimento, adequação”, porque envolve a busca das empresas submetidas a alguma forma de regulação pelo Poder Público ou entidades regulatórias ao atendimento pleno de um conjunto de regras, princípios e recomendações de melhores práticas empresariais, com o objetivo de identificar, gerir e mitigar os diversos riscos a que estão expostas ao exercerem suas atividades. (CUEVA & FRAZÃO, 2018, p. 453).

Segundo os autores supracitados, a expressão *compliance* significa “a observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como dos valores éticos gerais, dos códigos de conduta específicos de determinado ramo de atividade e das expectativas legítimas da sociedade”.

Em relação à busca por integridade e combate à corrupção, a história legislativa remonta ao *Foreign Corrupt Practices Act* - FCPA, emanado nos Estados Unidos em 1977, tornando-se um marco histórico na matéria.

No que tange aos controles internos que possuem vínculo direto com os aspectos contábeis, incluindo a divulgação das Demonstrações Financeiras, o marco histórico foi a edição em 2002 da Lei Sarbanes-Oxley, também conhecida como SOX ou Sarbox, nos Estados Unidos (EUA). Após os escândalos de manobras contábeis da Enron e WorldCom nos EUA no início do milênio, a SOX foi criada para, dentre outros objetivos, garantir a criação de mecanismos de auditoria e de *compliance* confiáveis nas empresas, visando mitigar riscos aos negócios, evitar a ocorrência de erros, falhas e fraudes e assegurar que haja meios

de identificá-los quando ocorrerem, garantindo a transparência na gestão das empresas e insumos confiáveis para a tomada de decisão dos seus *stakeholders*. A SOX se aplica a todas as empresas, sejam elas americanas ou estrangeiras, que tenham ações registradas na SEC (*Securities and Exchange Commission*), o equivalente americano à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Brasil.

Dessa forma, torna-se evidente a importância de as entidades implantarem e efetivamente aplicarem programas de *compliance* em suas atividades, incluindo programas de controles internos que garantam a totalidade, integridade, tempestividade e aderência dos registros contábeis e suas demonstrações financeiras divulgadas ao mercado, inclusive no reconhecimento e na divulgação dos Ativos e dos Passivos Contingentes em notas explicativas e nas próprias Demonstrações.

## 2.2. ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

No Brasil, as empresas estão sujeitas às normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dentro do escopo de convergência às normas contábeis internacionais IFRS (*International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), bem como às inúmeras normas e leis tributárias publicadas nos âmbitos federal, estadual e municipal pelos poderes executivo e legislativo.

O CPC 25 apresenta as seguintes definições sobre Ativos e Passivos Contingentes:

Ativo Contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Passivo Contingente é: (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Outra definição relevante apresentada no CPC 25 é a de Provisão, para que haja discernimento entre os conceitos de Provisões e de Passivos Contingentes.

Considera-se Provisão “um passivo de prazo ou de valor incertos”. Em regra, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, no CPC 25 o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.

As principais características para reconhecimento de Provisão e de Passivos Contingentes estão apresentadas na Tabela 1.

**Tabela 1 - Reconhecimento de Provisão e de Passivos Contingentes**

<b>Provisão</b>	<b>Passivos Contingentes</b>
<p>São reconhecidas como Passivo porque são obrigações presentes, com estimativa confiável e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.</p> <p>Uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.</p>	<p>Não são reconhecidos como Passivo porque são: (i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou (ii) obrigações presentes em que não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação.</p>

Fonte: CPC 25

A classificação de expectativa de perda dos Passivos Contingentes impacta no resultado de uma entidade. Quando for mais provável que sim do que não (more likely than not) que exista uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve reconhecer a Provisão (se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos), o que afetará o resultado naquele exercício. Em contrapartida, quando for mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um Passivo Contingente em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos, quando não há obrigatoriedade de divulgação em notas explicativas.

A Tabela 2, adaptada do Apêndice A do CPC 25, resume as principais abordagens sobre Provisões e Passivos Contingentes.

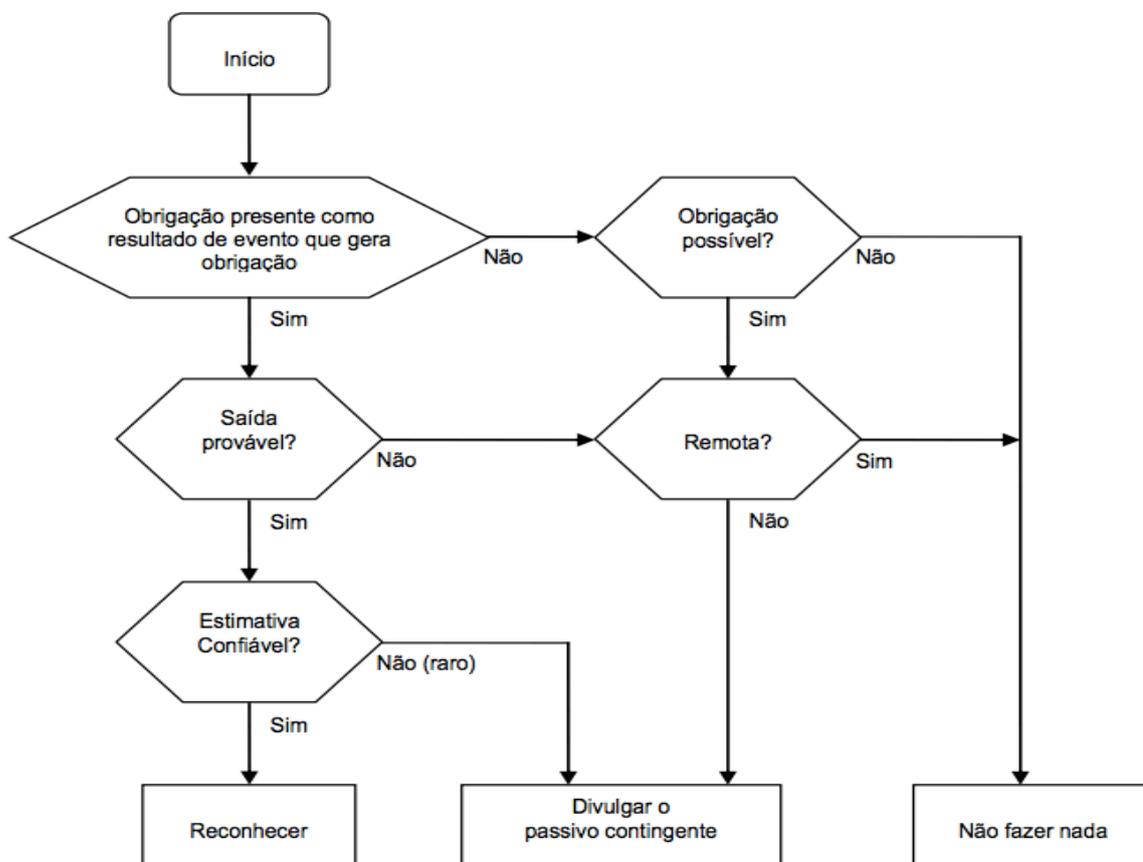
**Tabela 2 - Resumo de Provisões e de Passivos Contingentes**

<b>Provisões e Passivos Contingentes</b>			
<b>Definição</b>	São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. <b>Visão de expectativa de Perda.</b>		
<b>Tratamento contábil</b>	Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.
<b>Reconhecimento contábil</b>	A provisão é reconhecida.	Nenhuma provisão é reconhecida.	Nenhuma provisão é reconhecida.
<b>Divulgação em notas explicativas</b>	Divulgação é exigida para a provisão.	Divulgação é exigida para o Passivo Contingente.	Nenhuma divulgação é exigida.

Fonte: CPC 25

Segundo Lemes & Carvalho (2010), a entidade deve reavaliar, de forma contínua, o tratamento de um Passivo Contingente, pois se a expectativa de saída de recursos se tornar provável, a entidade deverá reconhecer a Provisão em suas demonstrações contábeis, a menos que não seja possível estimá-la de maneira confiável. O reconhecimento da Provisão impactará o resultado da entidade, por isso é importante a tempestiva identificação de eventuais casos de alteração de expectativa de perda remota ou possível para provável.

A Figura 1 apresenta uma “árvore de decisão” que facilita a identificação e o correto reconhecimento e divulgação das Provisões e dos Passivos Contingentes, extraída do Apêndice B do CPC 25.



**Figura 1 - Árvore de decisão: Provisões e Passivos Contingentes**

Fonte: Apêndice B do CPC 25

Em relação aos Ativos Contingentes, de acordo com o CPC 25, surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é um processo judicial ou arbitral em que a entidade esteja pleiteando direitos, em que o desfecho seja incerto, mas que representa uma possibilidade de ingresso de recursos ou aumento do Ativo. Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode se tratar de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o Ativo em questão não é mais um Ativo Contingente, mas se torna um Ativo e o seu reconhecimento é adequado como bem ou direito da entidade. O Ativo Contingente deve ser divulgado em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

A Tabela 3, adaptada do Apêndice A do CPC 25, resume as principais abordagens sobre Ativos Contingentes.

**Tabela 3 - Resumo de Ativos Contingentes**

Ativos Contingentes			
<b>Definição</b>	São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um Ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. <b>Visão de expectativa de Ganho (Êxito).</b>		
<b>Tratamento contábil</b>	A entrada de benefícios econômicos é praticamente certa.	A entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa.	A entrada não é provável.
<b>Reconhecimento contábil</b>	O Ativo não é Contingente. É Ativo.	Nenhum Ativo é reconhecido.	Nenhum Ativo é reconhecido.
<b>Divulgação em notas explicativas</b>	Divulgação não é exigida, pois se trata de Ativo que deve constar no Balanço Patrimonial.	Divulgação é exigida.	Nenhuma divulgação é exigida.

**Fonte:** Apêndice A do CPC 25

Segundo Lemes & Carvalho (2010), a entidade deve reavaliar, de forma contínua, o tratamento de um Ativo Contingente, pois, caso sua expectativa de ganho (êxito) com entrada de recursos se torne praticamente certa, o ativo e a receita relacionada deverão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. Da mesma forma, se a expectativa de ganho (êxito) de um Ativo Contingente se tornar provável, a entidade deverá divulgá-lo em notas explicativas.

O CPC 25 estabelece parâmetros para a correta divulgação de Ativos e Passivos Contingentes em notas explicativas, que relacionamos na Tabela:

**Tabela 4 - Parâmetros de divulgação em notas explicativas**

Parâmetros de Divulgação na data do balanço	
Ativos Contingentes	Passivos Contingentes
Divulgar os Ativos Contingentes com expectativa de ganho/êxito provável	Divulgar os Passivos Contingentes com expectativa de perda possível (reconhecer/provisionar os de expectativa de perda provável)
1 - Breve descrição da natureza do Ativo Contingente.	1 - Breve descrição da natureza do Passivo Contingente.
2 - Quando possível, a estimativa do seu efeito financeiro.	2 - Quando possível, a estimativa do seu efeito financeiro.
3 - Evitar dar indicações indevidas da probabilidade de surgirem ganhos (êxitos) que podem não se concretizar.	3 - Quando possível, a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ao momento de ocorrência de qualquer saída.
	4 - Quando possível, a possibilidade de qualquer reembolso.

**Fonte:** Apêndice A do CPC 25

Os parâmetros descritos servirão como balizadores na análise de conteúdo das divulgações dos Ativos e dos Passivos Contingentes em notas Explicativas das 10 maiores empresas listadas na B3 em valor de mercado no mês de março/2020, excetuando-se as do setor financeiro.

Como se depreende do estudo deste referencial teórico, é de suma importância que as entidades obedeçam aos ditames das normas contábeis para a correta e tempestiva divulgação das informações de Ativos e dos Passivos Contingentes em notas explicativas, bem como seu devido reconhecimento contábil, tendo em vista que essa prática contábil permitirá aos usuários internos e externos a tomada de decisão com elementos fidedignos e alto grau de confiabilidade em relação às informações disponibilizadas nas referidas notas.

### 2.3. ESTUDOS REALIZADOS

Temáticas acerca da mensuração e da divulgação dos Ativos e dos Passivos Contingentes se encontra presente na literatura, via de regra com abordagem eminentemente teórica, baseada nos preceitos do CPC 25.

Estudos foram recuperados no Google Acadêmico, mas não necessariamente abordando Ativos Contingentes, o que demonstra a importância do recorte desse trabalho como fonte de reflexão acadêmica e profissional. Encontra-se, com prevalência, estudos com foco em Provisões e Passivos Contingentes.

Dentre esses, destaca-se o de Oliveira e colaboradores (2010), a respeito do *disclosure* das Provisões, dos Passivos e dos Ativos Contingentes nas empresas listadas na BM&F Bovespa em 2010, em cujo momento representava o início da exigência formal das diretrizes do CPC 25, em comparação com o último trimestre de 2009, quando formalmente ainda não havia tal exigência por parte do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Durante a realização da pesquisa, os autores concluíram que o nível de *disclosure* obrigatório das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes no final do exercício de 2009 e no primeiro trimestre de 2010 não apresentou diferença na amostra de empresas analisadas, em virtude de a prática contábil já ser adotada pelas empresas devido à obrigatoriedade da deliberação anterior da CVM 489/2005. Esta já tinha o propósito de convergência para as práticas contábeis internacionais (IAS 37), não ocasionando impactos relevantes na adoção do CPC 25 pelas empresas brasileiras em 2010.

Outro trabalho foi o de Almeida (2012), que versou sobre Provisões e Passivos Contingentes, evidenciando que a maioria das empresas divulgava, em seus Balanços Patrimoniais, os valores das provisões fiscais e, nas notas explicativas, os valores da provisão e das contingências fiscais, e que grande parte das empresas divulgava o valor inicial, final, adições e reversões das provisões fiscais. Entretanto, apenas 32% das empresas analisadas à época atendiam aos parâmetros mínimos necessários de divulgação do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A pesquisa não abordou os parâmetros relativos à divulgação dos Ativos Contingentes.

### 3. METODOLOGIA

Segundo Vergara (2016), os tipos de pesquisa podem ser classificados quanto aos fins e quanto aos meios de investigação.

Quanto aos fins, classifica-se a presente pesquisa como descritiva, porque expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, não tendo compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (VERGARA, 2016).

Em relação aos meios de investigação, a pesquisa é bibliográfica e documental. Classifica-se como bibliográfica porque se trata de estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, periódicos, redes eletrônicas, ou seja, material acessível ao público em geral, podendo ser fonte primária ou secundária. Também pode ser

classificada como documental porque foi realizada com acesso a documentos públicos (demonstrações financeiras) disponibilizados no site da B3 (VERGARA, 2016).

A pesquisa se constituiu no levantamento das notas explicativas das dez maiores empresas brasileiras listadas na B3 em valor de mercado no mês de março/2020, excluindo-se as do segmento financeiro, por meio da análise das demonstrações contábeis encerradas em 31/03/2020.

Em relação as dez maiores empresas da B3 em valor de mercado, foi excluída da amostra as empresas do setor financeiro, por não serem comparáveis com as empresas não financeiras, em virtude de possuírem especificidades em sua regulação pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A escolha das empresas listadas na B3 se justifica pelo fato de serem de capital aberto e, conseqüentemente, estarem obrigadas a cumprir as deliberações dos CPCs, incluindo o CPC 25. Outro aspecto importante na escolha da amostra foi a facilidade e a disponibilidade das demonstrações contábeis e notas explicativas, documentos imprescindíveis para a coleta, análise e tratamento dos dados. Com a exclusão das empresas do segmento financeiro, a amostra foi composta por empresas de ramos de atividade bem distintos.

Descreve-se na Tabela 5 os sujeitos deste estudo, a saber: as empresas analisadas, o local de sua sede, o valor de mercado em março/2020 (em R\$ bilhões) e o ramo de atividade.

**Tabela 5 - Empresas analisadas na pesquisa**

<b>Empresa (número)</b>	<b>Sede da empresa</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Ramo de Atividade</b>
Vale (01)	Rio de Janeiro/RJ	228,4	Mineração
Ambev (02)	São Paulo/SP	187,6	Fabricação e Distribuição de Bebidas
Petrobras (03)	Rio de Janeiro/RJ	183,6	Petróleo, Gás e Energia
Telefônica Brasil (04)	São Paulo/SP	84,3	Telecomunicações
B3 (05)	São Paulo/SP	73,9	Gestão de Mercados Mobiliários
WEG (06)	Jaraguá do Sul/SC	70,4	Máquinas, Equipamentos e Motores
Magazine Luiza (07)	Franca/SP	63,3	Comércio varejista de bens duráveis
JBS (08)	São Paulo/SP	55,5	Alimentos processados, carnes e derivados
Suzano (09)	São Paulo/SP	48,7	Indústria e Comércio de Papel e Celulose
Carrefour Brasil (10)	São Paulo/SP	40,9	Comércio varejista e atacadista de mercadorias em geral

**Fonte:** Autores, a partir de dados obtidos no *site* da B3

Na coleta de dados utilizou-se a análise de conteúdo das notas explicativas das demonstrações contábeis do primeiro trimestre de 2020.

Após a extração das informações das notas explicativas das demonstrações financeiras das dez maiores empresas brasileiras listadas na B3 em valor de mercado, excluindo-se as do segmento financeiro, foi realizado o cotejamento entre o conteúdo das notas explicativas relativo aos Ativos e aos Passivos Contingentes com os parâmetros estabelecidos na norma e na literatura contábil. Buscou-se identificar se a divulgação dos Ativos e dos Passivos

Contingentes em notas explicativas das principais empresas do Brasil está em conformidade com os parâmetros estabelecidos na norma contábil CPC 25.

Os parâmetros, a seguir enumerados, foram utilizados na análise de *compliance* das informações sobre Ativos e Passivos Contingentes disponibilizadas nas notas explicativas das empresas pesquisadas nesse trabalho:

#### Ativos Contingentes:

- 1 - É feita a divulgação em seção específica e segregada dos Passivos Contingentes?
- 2 - Há breve descrição de sua natureza?
- 3 - É apresentada estimativa do seu efeito financeiro?
- 4 - Possuem informações quantitativas e/ou qualitativas que permitem ao usuário externo o entendimento completo e claro do conteúdo?
- 5 - Há indicações indevidas da probabilidade de surgirem ganhos (êxitos) que podem não se concretizar?
- 6 - São apresentados Ativos Contingentes com características de expectativa de ganho praticamente certo que ensejariam reconhecimento como Ativos e não como Ativos Contingentes?

#### Passivos Contingentes:

- 1 - É feita a divulgação em seção específica e segregada dos Ativos Contingentes?
- 2 - Há breve descrição de sua natureza?
- 3 - É apresentada estimativa do seu efeito financeiro?
- 4 - Possuem informações quantitativas e/ou qualitativas que permitem ao usuário externo o entendimento completo e claro do conteúdo?
- 5 - Há indicações das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída?
- 6 - São apresentados Passivos Contingentes com expectativa de perda possível que apresentam características de expectativa de perda provável que ensejariam registros como provisão de perda e impacto no resultado?

A análise dos dados foi segregada entre Ativos e Passivos Contingentes, tendo em vista as diferenças nos parâmetros usados nos dois tipos de contingências e também o número maior de estudos disponíveis na literatura sobre Passivos Contingentes, em comparação com os Ativos Contingentes.

## 4. RESULTADOS

A avaliação da aderência do conteúdo das notas explicativas das maiores empresas listadas na B3 com os parâmetros estabelecidos neste estudo para a divulgação dos Ativos e dos Passivos Contingentes foi realizada com a avaliação individualizada dos seis parâmetros de Ativos Contingentes e dos seis de Passivos Contingentes, enumerados na seção destinada a descrição da metodologia deste estudo, para as dez empresas.

Como resultado da análise de *compliance*, conclui-se que as informações nas notas explicativas referentes aos Passivos Contingentes são mais completas e detalhadas do que aquelas relativas aos Ativos Contingentes. Isso se explica pelo fato da obrigatoriedade da constituição de provisão para as contingências passivas e também pela necessidade de divulgação em notas explicativas das contingências passivas classificadas com expectativa de perda possível. No caso dos Ativos Contingentes, a única obrigatoriedade é a publicação em

notas explicativas dos processos com expectativa de ganho (êxito) provável, o que reduz o escopo de divulgação nas demonstrações financeiras. Outro fator importante a ser considerado é o fato de que os Ativos Contingentes ainda são pouco estudados ou discutidos no âmbito das entidades, ao contrário da prática adotada para os Passivos Contingentes.

A pesquisa também evidenciou a ausência de informações sobre Ativos Contingentes em 30% da amostra, o que representa três empresas no total de dez que foram objeto desta pesquisa. Se considerarmos a estrutura organizacional dessas três empresas, integrantes das maiores do Brasil em valor de mercado, não foi possível aferir se a não divulgação dos Ativos Contingentes com expectativa de ganho provável nas notas explicativas resultou de deficiência na informação divulgada ao mercado ou se, de fato, não houve Ativos Contingentes passíveis de divulgação pela entidade no período analisado pela pesquisa.

Na análise global dos sessenta itens pesquisados relativos aos Ativos Contingentes, observamos que 55% se evidenciam como totalmente aderentes às normas contábeis de divulgação das notas explicativas, 33% parcialmente aderentes e 12% requerem reformulação para que o conteúdo publicado esteja mais claro e/ou completo para o usuário da informação contábil.

Em relação aos Passivos Contingentes, observamos que 83% dos sessenta itens pesquisados se apresentam como totalmente aderentes às normas contábeis de divulgação das notas explicativas, 12% parcialmente aderentes e apenas 5% requerem reformulação para que o conteúdo publicado esteja mais claro e/ou completo para o usuário da informação contábil.

**Tabela 6 - Resultado da aderência da pesquisa ao CPC 25**

Aderência ao CPC 25	Contingência Ativa	Contingência Passiva
Totalmente Aderente	55%	83%
Parcialmente Aderente	33%	12%
Não Aderente	12%	5%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autores

Adicionalmente, enumeramos os principais itens, incluindo pontos de melhoria que poderiam ter sido considerados nas notas explicativas das dez empresas objeto da pesquisa, o que contribuiria para um entendimento mais adequado sobre seu conteúdo pelo usuário da informação contábil, auxiliando-o na análise e na tomada de decisões relativas a essas empresas (investimentos, concessão de crédito para capital de giro, liberação de empréstimos e financiamentos, dentre outras).

Em relação à **Empresa 01**, há um item específico nas notas explicativas, denominado “Contencioso”, com a segregação em subitens, dentre os quais “Ativos Contingentes” e “Passivos Contingentes”.

Na seção relativa aos “Ativos Contingentes”, no item "Litígio Tributário no Canadá", menciona-se que o valor foi integralmente recebido pela empresa. Portanto, podemos inferir que não se trata mais de Ativo Contingente, mas sim de Ativo, o que deveria ter sido mencionado de forma mais clara ao final desse item. Nesse sentido, o valor do Ativo deveria ter sido registrado com a consequente baixa do Ativo Contingente.

Em relação aos “Passivos Contingentes”, as informações são sucintas e não permitem identificar quais são os processos mais relevantes, pois há somente citação qualitativa por assunto ou família. A exceção se faz na nota sobre "Contingências relacionadas ao acidente da Samarco".

Quanto à **Empresa 02**, em relação aos “Passivos Contingentes”, no item “Glosa de créditos de impostos pagos no exterior”, não foi explicada a motivação para a decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) no processo de 2010 e as decisões desfavoráveis para os processos do mesmo assunto relativos aos exercícios de 2015 e 2016, também do CARF.

Observa-se na **Empresa 03** que não é feita a divulgação em seção específica de “Ativos Contingentes”, tal como se procedeu com os “Passivos Contingentes”.

Na **Empresa 04**, quanto aos “Ativos Contingentes”, a única citação referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins se encontra em outra seção, denominada “Impostos, Taxas e Contribuições a recuperar”. Não há, portanto, uma seção específica de “Ativos Contingentes”, da forma como são reportados os “Passivos Contingentes” nas notas explicativas.

Em relação aos “Passivos Contingentes”, o reporte é realizado em uma só seção contendo as Provisões e as Contingências Passivas, o que dificulta a leitura e o entendimento dos valores provisionados (expectativa de perda provável) e dos valores passíveis de divulgação em nota explicativa (expectativa de perda possível). Adicionalmente, somente foram identificadas as indicações das incertezas relacionadas ao valor ou ao momento de ocorrência de qualquer saída em outra seção denominada “Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social”, mas não na seção de “Passivos Contingentes”.

No tocante à **Empresa 05**, a seção relativa aos “Passivos Contingentes” apresenta na divulgação das notas explicativas os principais processos com expectativa de perda remota, o que não é exigido pelo CPC 25. Em que pese o valor envolvido em tais processos, como a expectativa de perda é remota, entendemos que a inclusão da informação aumenta demasiadamente o conteúdo da nota explicativa e agrega pouco valor ao usuário da informação contábil.

Já a **Empresa 06** não cita nas notas explicativas nenhum Ativo Contingente da empresa, o que deixa dúvida, pelo porte da empresa, se não houve a divulgação dos Ativos Contingentes com expectativa de ganho provável ou se, de fato, não há Ativos Contingentes passíveis de divulgação pela entidade.

A **Empresa 07**, na seção relativa aos “Ativos Contingentes”, as informações sobre a valoração estão contidas em uma tabela de um outro item das notas explicativas, denominado “Tributos a recuperar”, mas não constam na descrição específica do Ativo Contingente. Isso dificulta o entendimento pleno e completo do usuário da informação contábil nesse item específico.

Em relação aos “Passivos Contingentes”, não há detalhamento dos assuntos que são objeto de discussão no ramo tributário, classificados com expectativa de perda provável, provisionados pela entidade, o que dificulta o entendimento do usuário da informação sobre as principais lides tributárias que impactam o resultado da empresa.

As notas explicativas da **Empresa 08** não citam nenhum Ativo Contingente da empresa, o que deixa dúvida, pelo porte da empresa, se não houve a divulgação dos Ativos Contingentes com expectativa de ganho provável ou se, de fato, não há Ativos Contingentes passíveis de divulgação pela entidade.

Na seção relativa aos “Passivos Contingentes”, a empresa cita que “os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível são registrados com base em seus custos iniciais determinados pela Administração”. Entende-se que a entidade está considerando os custos iniciais como sendo os valores iniciais (históricos) dos processos judiciais, quando deveria considerar os valores atualizados com juros como a

melhor estimativa de valoração a ser divulgada nas notas explicativas para o período em questão.

Na seção relativa aos “Ativos Contingentes”, a **Empresa 09** apresenta a única citação do Ativo Contingente relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins em outra seção, denominada "Tributos a recuperar", mas não consta em descrição específica do Ativo Contingente. Isso dificulta o entendimento pleno e completo do usuário da informação contábil nesse item específico.

Quanto aos “Ativos Contingentes”, a **Empresa 10** teceu comentários acerca do êxito com trânsito em julgado em processo movido pela entidade contra o estado de São Paulo contestando a cobrança de juros em patamar superior à taxa Selic, mas a empresa não constituiu Ativo antes da definição da valoração que será liquidada na sentença. Entendemos que a entidade poderia registrar parcialmente o Ativo, mesmo que essa constituição fosse no limite inferior do range estimado do ganho. Haveria, dessa forma, parte do direito registrado como Ativo e parte ainda classificado como Ativo Contingente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi avaliar se, após a análise de *compliance* na divulgação em notas explicativas dos Ativos Contingentes e dos Passivos Contingentes em uma amostra de dez empresas listadas na B3, o conteúdo divulgado ao mercado está em conformidade com os parâmetros estabelecidos nas normas contábeis, em especial o CPC 25.

A divulgação das notas explicativas nos parâmetros recomendados pelo CPC 25 permite aos usuários da informação contábil, principalmente os externos, que não tem acesso aos estudos e reportes internos da Administração, uma visão mais completa da situação econômica e financeira da entidade, permitindo a tomada de decisão qualificada para investimentos, concessão de financiamentos, aportes de capital, aprovação de vendas de bens e produtos para a empresa, dentre outras.

A partir da análise do conteúdo das notas explicativas, parte integrante das demonstrações financeiras, do resultado da investigação e do cotejamento do conteúdo das notas explicativas dessas empresas com os parâmetros estabelecidos na norma e literatura contábil revelou-se que, majoritariamente, a divulgação dos Ativos e dos Passivos Contingentes das empresas pesquisadas está aderente às normas contábeis vigentes no país, em especial ao CPC 25. A análise de aderência evidenciou que 55% dos Ativos Contingentes e 83% dos Passivos Contingentes estão totalmente aderentes às normas contábeis, obedecendo-se aos princípios do *full disclosure*, transparência e completude das informações disponibilizadas aos *stakeholders* da entidade, visando subsidiar a tomada de decisões estratégicas por parte destes.

O trabalho também evidenciou a necessidade de melhoria na qualidade e na completude das informações relativas aos Ativos Contingentes nas notas explicativas, pois as informações não são apresentadas em 30% da amostra da pesquisa ou, em outros 30%, são apresentadas de forma sucinta ou em outro item das notas, não específico sobre Ativos Contingentes.

Nesse sentido, identificamos possibilidade de essa pesquisa evoluir para obtenção das informações diretamente das empresas sobre os pontos de melhoria sugeridos no item anterior, seja por meio de entrevistas ou de questionários, o que possibilitará compreender a argumentação dessas entidades sobre os pontos em questão e contribuir para a melhoria da qualidade das informações sobre Ativos e Passivos Contingentes divulgados nas notas explicativas das principais empresas do país. Em virtude da limitação da amostra às dez maiores empresas listada na B3 do segmento não financeiro, a pesquisa poderá ser estendida a

um número maior de empresas e retratar a realidade de outros setores da economia, com base em amostra mais representativa.

Por fim, sugerimos, ainda, que futuros estudos possam abordar aspectos qualitativos e/ou quantitativos, especialmente comparando estudos nacionais e internacionais acerca de fenômenos envolvendo reconhecimento, mensuração e avaliação de Ativos e Passivos Contingentes.

## 6. REFERÊNCIAS

**ALMEIDA, André Porfílio de.** Provisão e Passivo Fiscal Contingente: Um estudo sobre a aplicação prática do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes nas maiores empresas brasileiras por valor de mercado. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/erevistafacitec/article/view/4853/2260>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

**B3.** Empresas Listadas. Disponível em: <[http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2020.

**BRASIL.** Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei 6404/76, e da Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976, e estabelece às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2020.

**COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.** Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304\\_CPC\\_25\\_rev%2014.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2014.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2020.

**CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE.** Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Livro\\_Principios-e-NBCs.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Livro_Principios-e-NBCs.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2020.

**CUEVA, Ricardo Villas Bôas & FRAZÃO, Ana** (coordenadores). *Compliance: perspectivas e desafios dos programas de conformidade*. Belo Horizonte: Forum, 2018.

**IFRS.** About the International Accounting Standards Board. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/groups/international-accounting-standards-board/#resources>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

**IUDÍCIBUS, Sérgio de.** Contabilidade Introdutória. São Paulo: Atlas, 2010.

**LEMES, Sirlei; CARVALHO, L. Nelson.** Contabilidade Internacional para Graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

**OLIVEIRA, Araceli Farias de; et al.** Disclosure das Provisões e dos Passivos e Ativos Contingentes: Um estudo em empresas listadas na BM&F Bovespa. Disponível em: <<http://anpcont.org.br/pdf/2011/CUE250.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

**PADOVEZE, Clóvis Luís.** Manual de Contabilidade Básica: contabilidade introdutória e intermediária. São Paulo: Atlas, 2018.

**PADOVEZE, Clóvis Luís.** Manual de Contabilidade Internacional: IFRS, US Gaap e Br Gaap: teoria e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

**PAPINI, Marco Antônio.** Controle Interno evita fraudes e erros. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2009-fev-06/controle-interno-sao-principal-arma-evitar-fraudes-erros>>. Acesso em: 04abr. 2020.

**VERGARA, Sylvia Constant.** Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2016.